



## A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – análise a partir do caso português

Hugo Dias, Lídia Fernandes

<sup>1</sup> *Doutorado em Sociologia, Professor no Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Brasil. Investigador no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – UNICAMP e no Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra – Portugal. E-mail: hugodias@unicamp.br;* <sup>2</sup> *Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Assistente de investigação no DINAMIA CET IUL. Email – lidiacanha@gmail.com*

**Resumo:** Os protestos que ocorreram desde 2010 tiveram como eixo de mobilização a oposição às políticas de austeridade. Em Portugal, foi no campo sindical que se verificaram os primeiros sinais de mobilização mas a emergência de novos atores permitiu a sua ampliação social. Neste artigo, abordamos a greve geral de 14 de novembro de 2012 para, a partir do caso português, explorar a sua inserção nas políticas conflituais deste período, não só quanto à sua dimensão transnacional – nomeadamente no quadro da UE -, como à relação entre atores – em particular entre os sindicatos e os novos atores políticos. Enfrentando um programa político visando produzir mudanças profundas no regime social e de emprego, o movimento sindical encontrou desafios acrescidos ao usar o seu derradeiro instrumento de luta - a greve -, especialmente se considerarmos as suas bases de poder já bastante fragilizadas ainda antes deste ciclo de protesto.

**Palavras-chave:** 14 de novembro de 2012, greve geral, ação coletiva transnacional, austeridade, crise do euro.

## The November 2012 general strike and anti-austerity protests – analysis from the Portuguese case

**Abstract:** Opposition against austerity was the cornerstone to the protests which took place in since 2010. In Portugal, the first signs of mobilization came from the unions, although the emergence of new actors allowed the movement to widen its social influence. This article reflects on the 14th of November 2012 general strike to, from the Portuguese case, explore its insertion in this period's contentious politics, not only as to its transnational dimension – within the European Union framework -, but also as to the relationship between actors – particularly between unions and the new political actors. While facing a political agenda set on producing major changes in the social and labour regime, unions found increased challenges in the use of their ultimate instrument of struggle – strikes -, specially considering its power bases, already quite weakened before this mobilization cycle.

**Keywords:** 14th November 2012, general strike, transnational collective action, austerity, euro crisis.

## 1. Introdução

A crise económica e financeira de 2008 contribuiu para intensificar o descontentamento à escala global, alimentando uma onda de protesto que veio abalar o mundo (Ortiz et al., 2013). Após um primeiro aumento da conflitualidade verifica-se, a partir de 2010, uma nova intensificação do protesto tendo como eixo de mobilização a oposição às políticas de austeridade, com especial destaque para reivindicações relacionadas com a justiça económica, o Estado Social e o trabalho. Neste contexto de crise e austeridade (Campos Lima & Martin Artiles, 2011; Costa et al., 2014), é conveniente sublinhar a relevância das dinâmicas de poder e de conflito para entender as mudanças na qualidade das condições de trabalho, especialmente no caso dos países do Sul da Europa (Gallie, 2007) como é o caso de Portugal (Campos Lima & Naumann, 2011).

Em Portugal, foi no campo sindical que se verificaram os primeiros sinais de mobilização mas a emergência de novos atores permitiu a sua ampliação social. Assistiu-se também a duas tendências: à inovação dos repertórios de ação, não só pela introdução de novas formas de ação coletiva mas também pela recuperação, algo renovada, de velhos instrumentos de luta - nomeadamente as greves; a um crescimento relevante das mobilizações de escala transnacional, nomeadamente pela escolha de datas comuns ou tendo em comum a denúncia do papel das instituições políticas e financeiras globais, como é o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Central Europeu (BCE) ou da União Europeia (UE).

Neste artigo, abordamos a greve geral de 14 de novembro de 2012 para, a partir do caso português, examinar o papel das greves gerais nesta onda de protestos. O estudo deste episódio (Tilly & Tarrow, 2007) visa explorar a sua inserção nas políticas conflituais deste período, não só quanto à sua dimensão transnacional (Tarrow, 2006) como quanto à relação entre atores – em particular entre os sindicatos e os novos atores políticos. Este acontecimento tem sido definido de forma diversa em função da sua natureza e escala – greve geral (Accornero & Pinto, 2014), greve geral europeia (Estanque et al., 2013; Ortiz et al., 2013) ou ainda “impulso internacionalista que emergiu com a greve geral ibérica (...) e com as extraordinárias mobilizações sociais por toda a Europa” (Campos Lima & Martin Artiles, 2014). A análise parte das seguintes questões. Até que ponto esta greve terá representado uma nova estratégia para os vários atores envolvidos? Quais as condições que moldaram o conflito sócio laboral neste período? Quais os limites e potencialidades dessa estratégia? Representou uma mera soma de protestos nacionais coordenados ou um protesto transnacional europeu? Quais os seus impactos nas dinâmicas dos conflitos sócio laborais que se vivem hoje em Portugal, e no quadro da UE?

Com vista a dar conta da especificidade do novo ciclo de protestos, e considerando a crescente porosidade e entrelaçamento entre formas de ação coletiva e de conflitualidade social, optámos por mobilizar as abordagens relativas a dois campos de estudo que têm andado separados – por um lado, o dos estudos sindicais e, por outro, o dos movimentos sociais. Assim sendo, começamos por abordar as mudanças nas bases de poder do trabalho organizado procurando identificar os seus desafios estratégicos e as possibilidades de renovação da ação coletiva.

Seguidamente, apresentamos uma panorâmica das dinâmicas conflituais em Portugal, nas vésperas e durante os protestos anti-austeridade ocorridos entre 2010 e 2013 e assinalamos algumas das principais marcas do contexto político, económico e

social em que ocorreram. Por fim, procuramos contribuir para clarificar a natureza deste episódio, levantando algumas questões para aprofundamento do estudo do papel das greves gerais enquanto instrumento estratégico das classes trabalhadoras.

## 2. Mudanças nas bases de poder do trabalho organizado

Os sindicatos são um produto histórico do predomínio do assalariamento enquanto princípio organizador e estruturante das relações sociais no modo de produção capitalista. Constituíram-se, grosso modo, no estertor da derrota da “Primavera dos Povos” de 1848, enquanto parte de um movimento anti sistémico (Wallerstein, 2002), assente na luta de classes. Assumiram um papel crescente, nas últimas três décadas do século XIX e primeira metade do século XX como protagonistas das lutas de desmercadorização e de autoproteção da sociedade. Os (novos) movimentos sociais, por sua vez, podem ser rastreados à emergência de clivagens e fontes de conflito social, antes invisibilizadas, e que assumem maior protagonismo desde os anos 1960s, sobretudo nos países capitalistas centrais.

O Maio de 1968 pode ser considerado como um momento charneira. Este condensa em si três dinâmicas com alcance e temporalidade diferenciada: o início do longo declínio da hegemonia dos Estados Unidos no sistema inter-estatal; o fim extraordinário ciclo de crescimento económico inaugurado no pós segunda guerra mundial; e o esgotamento dos movimentos anti sistémicos tradicionais que, no caso dos países capitalistas centrais, eram associados à “velha esquerda” (Arrighi et al., 1989). Estes países assentavam em sociedades caracterizadas como de “afluência” onde, produto de uma combinação inédita entre democracia e economia capitalista (Streeck, 2011, p.5-6), os seus conflitos já não seriam regidos pelas condições que tinham marcado o século XIX. No entanto, não se encontravam isentas de crítica. O fim dos anos sessenta e início dos anos setenta são um período marcado por uma fase de mobilização coletiva forte, que grosso modo perderá o seu impulso em 1973, mas que deixará uma marca indelével.

O campo laboral assiste igualmente a um pico dos conflitos laborais e de militância de base, que ocorreu muitas vezes fora das instituições das relações industriais, e em crítica aberta às lideranças tradicionais dos sindicatos. Tal colocou em evidência a heterogeneidade da classe operária, mas também o protagonismo da crítica social e crítica artística como a sua fusão, inclusive no espaço da produção (Boltanski & Chiapello, 2007).

O consenso em torno do capitalismo democrático tinha sido quebrado pelas críticas à “velha esquerda” institucionalizada – incluindo sindicatos. Mas tal também permitiu que a direita se desvinculasse desse mesmo compromisso. A primeira resposta por parte dos empregadores correspondeu a um reforço dos mecanismos de negociação com os sindicatos, ao nível da empresa, e ao nível macro com o desenvolvimento de arranjos neocorporativos. Mas os custos adicionais decorrentes destes benefícios, juntamente com uma situação económica cada vez mais difícil, conduziram a uma busca de novas soluções de forma a recuperar as taxas de lucratividade. É neste contexto que o neoliberalismo se começa a produzir enquanto alternativa política, o que implicou muita “destruição criativa” e a produção de uma nova subjetividade (Harvey, 2005).

Um dos elementos centrais da neutralização da crítica social foi o enfraquecimento do trabalho organizado. A globalização económica reafirma a clássica disjunção entre mobilidade do capital e localidade do trabalho (Tilly, 1995), enquanto que o “novo espírito do capitalismo” é construído através da incorporação de elementos provenientes da crítica

artística, produzindo uma segunda revolução individualista (Boltanski & Chiapello, 2007, p.199).

Os anos 80 e 90 assistem à consolidação destes processos. A desconstrução da relação salarial fordista conduziu ao enfraquecimento das bases de poder do sindicalismo: as reestruturações produtivas contribuíram para o fim das grandes concentrações industriais, mercê de ajustes espaciais e tecnológicos, a rápida translação das economias para setores dos serviços com especificidades que tornaram mais difícil a organização coletiva dos trabalhadores; e pressões no sentido da flexibilização das relações laborais. A atividade grevista diminuiu (Gall, 1999), tendo o setor público se tornado no novo “bastião” do sindicalismo.

Não se tratando de um processo de declínio histórico, a crise de um determinado tipo de sindicalismo – industrial/nacional (Waterman, 1993) – colocou em cima da agenda a capacidade de reflexão e mudança estratégica por parte dos sindicatos de forma a recuperar a iniciativa ideológica, alargar o seu campo de intervenção (Wever, 1998) e refundar a solidariedade superando a fragmentação e a radicalização da diferença (Harvey, 1996, p.7-8; Hyman, 2007). É nesse contexto se procuram experimentar novas estratégias de revitalização sindical (Frege & Kelly, 2004) que enfatizam, entre outras, o *organizing*, a construção de alianças e a solidariedade internacional.

É usual enquadrar Portugal enquanto uma sociedade de desenvolvimento intermédio ou semiperiférico. O advento democrático do 25 de Abril de 1974 foi o marco histórico que permitiu tanto o fim do colonialismo português, como o rompimento com quase cinco décadas de regime político autoritário, que tinha moldado um país com uma industrialização tardia e incipiente, uma economia dependente das matérias-primas e mercados das colónias; restrição das liberdades políticas e um sindicalismo tutelado pelo regime corporativo; e um regime de proteção social praticamente inexistente. Em quase quarenta anos, mas mais concentrado nos primeiros quinze anos de democracia, Portugal viveu um curto-circuito histórico em que diferentes modos de regulação social foram ensaiados num período curto de tempo: de Estado corporativo passou por uma transição para o socialismo, uma regulação fordista e desde 1986, com a adesão à União Europeia, por uma regulação neoliberal (Santos, 2004). Com as mudanças institucionais associadas à integração na União Económica e Monetária (UEM) e à financiarização da economia (Reis et al., 2013), verificou-se a consolidação de um processo de periferação da economia face ao centro da Europa, em particular a Alemanha, com mecanismos similares aos ocorridos em outros países do Sul da Europa (Gambarotto & Solari, 2015).

O sindicalismo português<sup>1</sup> desenvolveu-se também a contraciclo com o que se sucedia nos países centrais: 1) viveu o período de ascensão da mobilização coletiva dos anos 60 e inícios dos anos 70 em regime autoritário; 2) durante a segunda metade da década de 70, quando na Europa a concertação social tripartida era a regra, o sindicalismo português viveu o momento de maior capacidade de mobilização e ação

<sup>1</sup> O movimento sindical português encontra-se historicamente dividido por clivagens político ideológicas: a CGTP assume um perfil de sindicalismo de contestação, enfatizando a sua natureza de classe, tendo como momento fundador a criação da sua antecessora Intersindical, ainda durante o Estado Novo (1971); a UGT, por sua vez, privilegia um sindicalismo de participação, que visa promover a integração social dos trabalhadores. Foi criada em 1978, por um conjunto de sindicatos que rompem com a CGTP próximos do Partido Socialista e Partido Social Democrata (Santos, 2004, p.171). Ambas pertencem à Confederação Europeia de Sindicatos (CES), criada em 1973: a UGT filiou-se em 1983 logo após a sua fundação e a CGTP apenas em 1995 (Costa, 1997).

coletiva em torno do discurso da luta de classes; 3) os “velhos” movimentos sociais são novos, na medida em que se constituíram após o advento democrático enquanto que os “novos” movimentos sociais surgem mais fracos; 4) finalmente, a partir dos anos 80, quando os mecanismos de regulação macroeconómica entraram em crise, emergia o discurso neoliberal e o Estado procurava desregular e retirar-se do compromisso histórico de concertação social, assiste-se à institucionalização da concertação social, então já em plena fase de flexibilização da relação salarial (Santos, 2004, p.161-162)<sup>2</sup>.

O processo de “flexibilização” das relações laborais em Portugal iniciou-se em meados dos anos 80, assumindo maior intensidade durante a década de 90 (Rebello, 2004). Embora o “pacote laboral” tenha sido travado pela Greve Geral de 28 de março de 1988 (CGTP e UGT), tal não impediu a aprovação posterior de nova legislação avulsa, no sentido de facilitar o despedimento e promover a “diversidade contratual”. Esta situação criou as condições para uma crescente dualização do mercado de trabalho, em que o núcleo central da legislação laboral se manteve relativamente intacto, mas cujas normas flexibilizadoras permitiram às empresas o recurso a contratos precários facilitando a flexibilidade numérica.

Na década passada assistimos a mudanças de fôlego da legislação laboral - duas revisões do Código do Trabalho -, que estiveram na origem da convocatória por parte da CGTP das Greves Gerais de 10 de dezembro de 2002 e 30 de maio de 2007. As duas revisões do Código do Trabalho alargaram a tipologia contratual, flexibilizando os próprios requisitos de contratação (2003), aumentaram a “flexibilidade qualitativa interna”, através da introdução de medidas como o banco de horas ou dos horários concentrados e facilitaram, em termos processuais e substantivos, o despedimento do trabalhador com contrato de trabalho sem termo. No que diz respeito à dimensão substantiva, entre outras, foi introduzida a figura do “despedimento por inadaptação”, para além do “despedimento com justa causa”, “despedimento por extinção do posto de trabalho” e “despedimento coletivo” (2009).

A precariedade e a insegurança laboral tornou-se assim uma realidade cada vez mais presente. O que fora anteriormente “atípico” tornou-se cada vez mais na norma. Em 2010, Portugal era o terceiro estado membro com a proporção mais elevada de trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente (23%), suplantado apenas pela Espanha e Polónia; era o segundo país em termos de gap salarial (relação salários trabalho temporário - salários contrato permanente) que era de cerca de 32% (Eurofound, 2015). Essa realidade ascendia ao dobro nos trabalhadores com menos de 35 anos, sendo a maioria do novo emprego criado precário. Concomitantemente, os valores do desemprego nunca deixaram de aumentar, desde 4% em 2000, para 12,4% no primeiro trimestre de 2011 (Dias, 2012).

A greve constitui um dos elementos fundamentais do repertório de ação coletiva do sindicalismo. Parar a produção – ou a sua ameaça -, constituía o derradeiro instrumento com vista a agir sobre uma situação de injustiça e pressionar para uma solução favorável para os trabalhadores. O direito à greve foi sendo paulatinamente reconhecido, não sem

<sup>2</sup> O número de sindicalizados e a densidade sindical atingiram os valores mais elevados em 1978. Passou, de 54,8% em 1980 para 32% em 1989. Ao longo da década de 90 a queda foi menos acentuada resultante do aumento do número de sindicalizados do setor público. Segundo dados da OCDE, entre 1999 e 2010, a taxa de sindicalização decresceu de 22,5% para 19,3%, tendo subido para 20,5% em 2012. A CGTP continua a ser a maior central sindical declarando 537 mil filiados em 2008, contra 210 mil da UGT (EurWORK, 2015).

resistência, e incorporado nos sistemas nacionais de relações industriais. As restrições formais ao seu exercício têm aumentado, e o seu uso dificultado mercê da crescente informalização e desconstrução das relações laborais, o que não significa que estas não ocorram, por vezes não enquadradas legalmente. As manifestações e as greves gerais políticas, por sua vez, dirigem-se sobretudo ao Estado, quando este implementa mudanças que correspondem a uma alteração profunda na relação salarial.

Em Portugal, as greves atingiram o seu momento máximo em 1981, decrescendo desde então até atingir um mínimo histórico em 2007, embora as estatísticas disponíveis subestimem os valores ao excluírem as greves do setor público. O período a partir de 2010 assistirá a um aumento da conflitualidade laboral expressa em número de greves e trabalhadores em greve, numa inversão, mesmo que possa ser temporária, de uma tendência histórica de decréscimo (Costa et al., 2014). Entre 1975 e 2009 realizaram-se apenas cinco greves gerais: a 12 de fevereiro e a 11 de maio de 1982, convocadas apenas pela CGTP; a 28 de março de 1988, por ambas as centrais sindicais; 10 de dezembro de 2002 e 30 de maio de 2007, convocada apenas pela CGTP (Accornero & Pinto, 2014).

O recurso a greves gerais políticas tem sido uma característica da ação sindical na era da austeridade, em Portugal e noutros países na Europa do Sul, embora com um carácter eminentemente defensivo (Gall, 2013; Ortiz et al., 2013; Nowak & Gallas, 2014; Campos Lima & Martin Artiles, 2014). Esta, realizada segundo os moldes tradicionais da paralisação à porta da fábrica, demonstra limites dadas as dificuldades crescentes de utilização do seu poder estrutural ou de associação (Wright, 2000), face à exclusão de um número crescente de pessoas da relação salarial.

Os “novos” movimentos sociais, frágeis ou inexistentes nas décadas de 60 e 70, afirmaram-se em Portugal também em contraciclo. Embora com um longo percurso, o movimento feminista ganhou uma expressão mais alargada a partir da década de 90 (Tavares, 2011), e alcançou a sua vitória histórica (conseguida através de referendo), no sentido da despenalização do aborto apenas em 2007 – ou seja, nas vésperas da crise financeira. O mesmo se pode dizer quanto ao movimento LGBT que, mantido nas margens ao longo de várias décadas, conseguiu-se afirmar na viragem do milénio, como forma de exercício de uma cidadania sexual (Santos, 2005). A resposta antirracista, que tinha ganho força face a ataques neonazis no início da década de 90 e à discriminação contra populações ciganas, cruzou-se entretanto com um novo e pujante movimento *grassroots* de imigrantes, contra a Europa Fortaleza e reivindicando, à semelhança do que aconteceu um pouco por toda a Europa, “papéis para todos”. Afirmou-se também uma corrente ecologista anti sistémica, mobilizando-se contra os transgénicos e denunciando a crise climática.

A europeização, enquanto projeto das elites, foi conhecendo uma crescente pressão a partir de baixo (della Porta, 2010), o que se refletiu também no ativismo e políticas domésticas. Impulsionada pelo novo internacionalismo nascido algures entre Chiapas e Seattle, a mobilização transnacional conheceu um dos seus momentos altos, em Portugal, no movimento contra a guerra do Iraque. E, à semelhança do ocorrido um pouco por toda a Europa, é nas contra cimeiras e nos fóruns sociais que o movimento de justiça global (MJG) procurou alimentar as suas bases sociais. Esse processo, no entanto, não aconteceu sem contradições, sendo marcado pela emergência simultânea, em força, de dois tipos de tensões marcantes na lógica reticular de construção do “movimento dos movimentos” (Pereira, 2009): o local vs o global; a unidade vs a diversidade. Estas

tensões mantiveram-se e a incapacidade de construção de unidade na diversidade envolvendo movimentos de dimensões, culturas e peso organizativo bastante diverso, acabou por condenar ao fracasso esta nova experiência de construção de alianças. Depois de duas edições – 2003 e 2006 - o Fórum Social Português deixou de ter lugar.

Esse fracasso colocou problemas importantes aos sindicatos. Em primeiro lugar, porque três décadas de aumento crescente das desigualdades sociais, do predomínio de um individualismo-fragilização mais do que de individualismo-emancipação (Fitoussi & Rosanvallon, 1997), colocaram em cima da mesa a urgência de uma renovação das fontes de indignação, implicando reconhecimento recíproco e capacidade de construção de alianças. Em segundo, porque dele ficou uma desfocada disputa entre “classe” e “identidade”, que, relembra a persistência do problema da delimitação de fronteiras na formação das identidades de classe (Silver, 2003) - particularmente saliente quando as mudanças políticas, económicas e sociais abalaram as identidades anteriores (Polleta & Jasper, 2001).

Entretanto, foi-se tornando cada vez mais visível a subproletarização do trabalho resultando numa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho, num declínio da classe trabalhadora tradicional (Estanque et. al, 2013) e no crescimento do “preariado”, usando os termos propostos por Standing (2014). Foi neste contexto que se multiplicaram os coletivos que alimentaram um processo de subjetivação política permitindo a tomada de consciência dos interesses e conflitos associados a essas transformações laborais (Soeiro, 2015).<sup>3</sup> Mas foi só a partir do final da década de 2000, e sob uma forte influência internacional, que se dá início à afirmação política do “preariado” – a 1ª Parada Mayday em Portugal realiza-se no 1º de maio de 2007, em paralelo com as manifestações promovidas no âmbito do movimento sindical. Neste cenário, o “reencontro” entre sindicatos e as novas dinâmicas de ação coletiva nas mobilizações anti-austeridade possuía contornos problemáticos e estava longe de ser um dado adquirido.

### 3. Os protestos anti-austeridade 2010-2011. Das lutas sindicais à emergência de novos atores

Se a crise financeira constituiu um fator para a intensificação do descontentamento, a austeridade foi o *leitmotiv* para as mobilizações que agitaram Portugal entre 2010 e 2013. Depois de uma breve resposta expansionista, a fase da austeridade foi inaugurada em Portugal em março de 2010 com o anúncio, pelo Governo do PS, do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC-I) que apontou (Costa & Caldas, 2013), por um lado para a constituição da deflação salarial como instrumento político e, por outro, para uma impressionante e radical suspensão do investimento público e extensão do programa de privatizações.

Foi no campo do trabalho que se verificaram os primeiros sinais do recrudescimento do protesto. Inicialmente tinha sido o setor privado a assumir maior protagonismo em protestos relacionados sobretudo com a falta de pagamentos e despedimentos (Accornero & Pinto, 2014). O setor público foi tendo um papel importante, inicialmente na educação e com alguns sinais, embora oscilantes, de cooperação não coordenada (Stoleroff, 2013). A

<sup>3</sup> A utilização do termo “preariado” para assinalar uma classe distinta tem sido colocada em causa mas, para a análise que aqui se realiza, interessa-nos sobretudo o processo de subjetivação política assinalado por Soeiro (2015).

escalada e extensão do protesto foi visível na rua, donde se destaca a manifestação de 29 de maio promovida pela CGTP, uma das maiores realizadas até então em Portugal.

O final de 2010 e início de 2011 foram marcados por mudanças importantes ao nível da estrutura de oportunidades políticas (Accornero & Pinto, 2014). Um primeiro fator para essas mudanças surgiu exatamente no campo sindical. Ainda em 2010, foi anunciado um terceiro pacote de medidas (PEC-III) a incluir no Orçamento de Estado para 2011. O PEC-III mereceu a oposição da CGTP e da UGT e foi base para a greve geral de 24 de novembro de 2010 - a segunda greve geral convocada conjuntamente em 20 anos, e a primeira convocada pela UGT contra um governo do PS (Campos Lima & Martin Artiles, 2011). Foi também a primeira greve geral de uma série de cinco em menos de três anos, um número superior às realizadas nas três décadas anteriores (1975-2007), indiciando a formação de um ciclo de protestos sindicais, caracterizado por uma intensificação e extensão da conflitualidade laboral, a politização da agenda sindical e a emergência de um impulso internacionalista (Campos Lima & Martin Artiles, 2014)<sup>4</sup>.

Ao turbulento contexto interno, juntou-se o agravamento da crise da zona euro e a introdução de novas inovações institucionais visando aumentar a disciplina e o controlo orçamental (Degryse, 2012) que, conjugadas com os sucessivos ataques especulativos, foram intensificando as pressões para austeridade. O governo do PS respondeu à dupla pressão – externa e interna – através de uma abordagem dual combinando concertação social com tomada de decisão unilateral (Campos Lima & Martin Artiles, 2011): obteve um compromisso escrito com os parceiros sociais – excetuando a CGTP – para o pacto sobre emprego e competitividade e a 12 de março, no mesmo dia do protesto da “Geração à Rasca”, anunciou um novo pacote de austeridade (PEC-IV).

A rejeição do novo pacote de austeridade por amplos setores sociais e políticos e a divisão das elites políticas precipitaram uma crise política. Nas ruas, os sindicatos já não eram os únicos a manifestar-se. Emergiam novos atores que, mesmo que pouco definidos do ponto de vista político, vieram marcar a mobilização. No campo sindical, ambas as centrais sindicais opuseram-se ao pacote de austeridade. Por fim, ao contrário do verificado com os anteriores PECs, o governo PS deixou de contar com o maior partido de centro-direita, o PSD, para viabilizar um novo pacote de austeridade. A 23 de março, o primeiro-ministro José Sócrates anunciou a sua demissão e a 6 de Abril, face à recusa de financiamento pela banca nacional, anunciou ter dirigido à CE um pedido de assistência financeira. Portugal tornou-se assim o terceiro país a ser alvo da intervenção conjunta de uma troika composta pela CE, o BCE e o FMI.

Olhando para as mudanças operadas neste período não podemos deixar de assinalar a aguda reconfiguração das estruturas de oportunidades políticas e como elas mostram, de forma visível, o resultado da ascensão de um sistema político e regional em que a soberania, tradicionalmente localizada do estado-nação, passa a estar mais partilhada e/ou deslocada para uma estrutura supranacional. Neste sentido, a questão colocada em 1996 por McAdam e colegas (2009) ganha hoje uma especial ressonância: Como se apresentará o conflito político numa tal estrutura? E como afetará a herança

<sup>4</sup> Poucos dias antes da greve geral, o Ministro das Finanças Teixeira dos Santos, declarou ao *Financial Times* que Portugal poderia ter que pedir ajuda financeira da UE. Estas declarações abriram um longo período de especulação e agitação em torno dessa possibilidade, à medida que se verifica uma deterioração da capacidade de refinanciamento da dívida pública (Degryse, 2012). Tendo como pano de fundo o resgate de outros países periféricos – a Grécia (Maio) e Irlanda (Novembro) -, a ameaça de intervenção externa instalou-se na agenda política nacional.



crucial do estado consolidado – o movimento social nacional (MSN)? Tendo em conta o cenário em que ocorre, o caso em estudo - a greve geral de 14 de novembro de 2012 - suscita ainda uma segunda questão: sendo a greve geral dirigida ao Estado, que forma pode tomar esse repertório de ação coletiva no quadro dessa reconfiguração da estrutura de oportunidades políticas, agudizada pela intervenção de uma troika composta por agências da mesma estrutura supranacional (CE e BCE) e um dos principais instrumentos da globalização neoliberal, o FMI? Antes de responder a esta questão, exploraremos novos desenvolvimentos nos repertórios de ação coletiva despoletados, sobretudo, por atores não sindicais.

#### 4. Da "geração à rasca" à mobilização anti-troika

O protesto da Geração à Rasca veio colocar Portugal no mapa de um novo ciclo global de protestos (Estanque et. al., 2013), verificando-se a emergência de novos atores, uma reconfiguração reivindicativa e organizativa das mobilizações, assim como uma inovação dos repertórios de ação (Baumgarten, 2013; Soeiro, 2015). Foi bastante expressiva a inovação performativa e organizativa. Além da grande influência da internet, bastante aberta ao espaço transnacional (Estanque et al., 2013; Baumgarten, 2013), é de destacar uma crescente visibilidade do "ativismo" (Mourão, 2014), no qual a criatividade desempenhou um papel de consciencialização pessoal e coletiva.

O ciclo de mobilizações resultou numa paradoxal reconfiguração das estruturas de mobilização. Por um lado, envolveu atores sociais não sindicais que, operando na periferia das organizações sindicais e políticas tradicionais, foram se afirmando em décadas anteriores com base em valores pós materialistas e em temas identitários mas que recolocaram agora no centro da sua agenda reivindicativa os temas materiais, nomeadamente os relacionados com o trabalho (Estanque et al., 2013). Como vimos, a deslocação para os temas laborais em atores não sindicais ter-se-á iniciado na segunda metade da década de 2000 - em especial pelo surgimento da celebração do Mayday e de organizações de trabalhadores precários (Soeiro, 2015) -, mas ganhou entretanto uma ressonância social e política bem maior: por exemplo, uma das primeiras iniciativas visando dar continuidade ao debate e à ação após o protesto da Geração à Rasca foi o lançamento da petição contra a precariedade<sup>5</sup>. Por outro, considerando a sua base social jovem e qualificada, envolvendo categorias relativamente às quais os sindicatos demonstram menos capacidade de mobilização – ou seja, trabalhadores/as em situação laboral precária ou no desemprego -, assim como o seu impacto no cenário político português, os sindicatos tiveram de reequacionar a sua relação com estes movimentos (Accornero & Pinto, 2014; Campos Lima & Martin Artiles, 2014).

A marca transnacional do protesto esteve no efeito contágio que teve o 15M consolidou-se através de mecanismos de intermediação (*brockage*) e foi simultaneamente mais de base (*grassroots*) e mediada pelos novos media (Della Porta, 2012).<sup>6</sup> A mobilização transnacional contribuiu também para um processo de transformação de

<sup>5</sup> Assinale-se também a maior relevância, em relação ao final da década anterior, do tema do desemprego e da participação de pessoas desempregadas. Sobre este tema ver Fernandes (2015).

<sup>6</sup> Essa influência incluiu a experimentação democrática e organizativa, tendo como elemento organizativo as assembleias (Baumgarten, 2014). A componente de ocupação do espaço público foi mais efémera e as assembleias, apesar da sua abertura, não tiveram o impacto nem a popularidade que ganharam no estado Espanhol.

enquadramento (*framing transformation*) (Benford & Snow, 2000), abrindo espaço ao realinhamento com o MJG e uma maior clarificação de fronteiras identitárias (*boundaries shift*) – os 99% contra as elites financeiras. No entanto, apesar de um pico de mobilização internacional no dia 15 de Outubro de 2012, e de uma aproximação reivindicativa entre atores sindicais e não sindicais, as velhas tensões manifestaram-se de forma marcante na greve geral realizada em 22 de março de 2012. Depois disso, seguiu-se um período de desmobilização e o impulso internacionalista conheceu uma enorme quebra.

O regresso das grandes mobilizações surgiu em Setembro com a realização, a 15 de setembro de 2012 do protesto “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!”. Mais focado e estratégico, o objetivo não era ganhar participantes para o processo organizativo, apenas garantir o máximo de mobilização nas manifestações (Baumgarten, 2014). Mesmo assim, multiplicaram-se as iniciativas além do núcleo organizativo, de encontro ao framing simbólico do QSLT. Uma das mais significativas foram as “grandoladas”, já em 2013, com simbologia histórica associada à revolução portuguesa de 1974. Neste sentido, e apesar das referências internacionais em termos de oponentes – a Troika – o movimento tendeu a ter referenciais nacionais. Verificou-se um novo esforço de transnacionalização do protesto em junho de 2013, mas já numa fase de desmobilização. Entretanto, em cenário de greve geral, o movimento acabou por se articular com o movimento laboral.

Convém notar que o pico da conflitualidade dá-se em contexto de agudização da massificação do desemprego. Este, que desde 2008 crescia de forma acelerada, passa de 12,4% no primeiro semestre de 2011 para o seu máximo histórico - 17,7% - no primeiro semestre de 2013. Acrescente-se ainda dois anos de cortes nas prestações sociais que reforçaram a lógica de *workfare* em detrimento do *welfare* e agudizaram a situação social (Fernandes, 2015).

### 5. A greve geral: do Terreiro do Povo, o #14N e a esfera pública europeia

Quando o conselho nacional da CGTP decidiu convocar uma greve geral para 14 de novembro, não apelou a um protesto transnacional europeu. A ação foi dirigida ao Governo e a identidade de classe foi delimitada em torno do estado-nação: a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e do povo, no quadro do regime democrático e das conquistas de Abril. A UE foi apenas referida indiretamente, como parte da “troika estrangeira” com quem foi assinado o memorando. O apelo foi estrategicamente inclusivo e procurou abranger, sem mencionar, os novos atores emergentes e as formas de ação que vão além do espaço de produção: trabalhadores e trabalhadoras, reformados, jovens, desempregados e os mais variados setores, “bem como todos aqueles que com a sua ação nos locais de trabalho e presença nas ruas, avenidas e praças de Portugal inteiro, dão expressão à luta” (CGTP, 2012a). Afirmando a sua marca de classe, a CGTP dirigiu-se à sociedade em geral, ao “povo”, que se tornou a “pegada simbólica” (Benford & Snow, 2000) da ação coletiva deste período<sup>7</sup>.

A dimensão europeia surgiu cerca de quinze dias depois, com a decisão do Comité Executivo da CES de agendar para a mesma data um dia de ação e solidariedade visando mobilizar o Movimento sindical Europeu. A convocatória é bem menos contenciosa, reiterando a necessidade do diálogo social e da negociação coletiva, mas a iniciativa da

<sup>7</sup> Essa pegada simbólica foi-se afirmando no comício realizado em 11 de fevereiro de 2012 e que encheu o Terreiro do Paço, uma das maiores praças de Lisboa, num momento de desmobilização dos atores sociais que emergiram no novo ciclo global de mobilização.

CES veio situar o conflito num campo multi-organizacional, apontando as responsabilidades da CE e do FMI por uma “má avaliação” com “impacto inestimável na vida diária de trabalhadores e cidadãos que a CES representa” e questionando as políticas de austeridade promovidas pelo Tratado Orçamental e pela Troika (ETUC, 2012). A *Union General de Trabajadores* e da *Confederación Sindical de Comisiones Obreras* (CCOO) responderam imediatamente ao apelo europeu, anunciando a primeira greve geral ibérica da história<sup>8</sup>. As expectativas de novas adesões adensaram-se, deixando em aberto qual a escala da “greve geral”. Multiplicaram-se as adesões ao dia de ação - 40 organizações sindicais, de 23 países, segundo a CES -, mas fora a dimensão ibérica, não foi clara uma mobilização do trabalho organizado que fizesse deste episódio uma greve geral europeia. Isso não impediu que o protesto ficasse virtualmente - com todo o peso simbólico e relacional que teve o virtual no novo ciclo de mobilizações – conhecido como #14N - EUROPEAN STRIKE.

Em Portugal, este processo de transnacionalização foi importante para ampliar a base de apoio social e político. De facto, e apesar da agudização da componente anti laboral do programa de austeridade da Troika justificar a intensificação da luta, a greve geral anterior tinha tido pouca adesão, foi criticada por vários setores políticos e sindicais e envolveu episódios de tensão e a desconfiança. Além disso, o novo ator político emergente - o QSLT - não tinha tomado a iniciativa de apelar à greve geral e, numa fase inicial, não tomou qualquer posição sobre o assunto.

A UGT classificou a greve convocada pela CGTP como divisionista e sectária, mas as evoluções na ação sindical transnacional obrigaram essa central sindical a reavaliar a sua posição, acabando por afirmar que não iria aderir a esta greve da CGTP mas apoiaria o dia de ação (UGT, 2012). Mais do que afirmar a marca transnacional do conflito, a declaração da UGT pareceu apontar para uma tática de externalização da greve pela introdução de alvos externos. No entanto, o alargamento da base sindical de apoio à greve tornou-se incontornável. Aderiram, ao todo, 14 sindicatos e 4 federações filiadas na UGT inclusive o seu próprio secretário-geral, João Proença.

É particularmente interessante a forma como o QSLT acabou por se articular nas políticas de conflito na greve geral. A pretexto da visita de Angela Merkel a Portugal, agendada para dois dias antes da greve, o QSLT dirigiu à Chanceler Alemã uma carta aberta declarando-a como *persona non grata*. O recurso a um termo diplomático, especializado, judicialmente definido, acaba por constituir uma forma engenhosamente criativa de virar o jogo relativamente a táticas de refreamento de protestos transnacionais pelos governos: neste caso é o movimento social, não os governos e a UE, que define quem deveria ser, ou não, barrada no aeroporto. A legitimidade moral da interpelação pública assentou no plano nacional, sendo a Chanceler acusada de pretender “interferir nas decisões do Estado Português sem ter sido democraticamente mandatada por quem cá vive” (QSLT, 2012). A iniciativa teve uma forte marca internacionalista, lembrando como o suposto “milagre alemão” foi construído à custa do perdão histórico da dívida e de uma brutal repressão salarial e saudando os povos europeus irmãos que se erguiam numa greve geral contra “os governos que traíram a confiança neles depositada” e contra a austeridade imposta pela troika. A carta aberta, que veio a ser traduzida e divulgada em

<sup>8</sup> Assinale-se que estas confederações sindicais tinham já defendido anteriormente, em 2011, a realização de uma greve geral europeia.

espanhol, alemão, francês, grego, italiano e inglês, acabou por alimentar a expectativa da politização do conflito, situando-o na esfera pública europeia (della Porta, 2010).

A greve de 14 de novembro de 2012 foi definida pela CGTP (2012b) como “uma das maiores Jornadas de Luta até hoje realizadas no nosso país e, seguramente, a maior Greve Geral realizada neste século”. Como vimos anteriormente, após um mínimo histórico em 2007 assistiu-se a uma inversão da tendência de declínio atingindo em 2012 o valor mais elevado desde 1994. Os relatos corroboram as limitadas estatísticas oficiais da greve. De facto, a extensão e a dimensão da mobilização grevista verificada nesse dia foi muito ampla, sendo massiva em todos os setores públicos mas também muito significativa no setor privado e empresarial do estado. No setor dos transportes, esta foi a greve que teve maior adesão – superior a 85% nos principais centros urbanos (Diário de Notícias, 2012).

Mas o elemento distintivo e inédito foi a amplitude social de apoio à greve. Além do movimento sindical e do QSLT, os mais variados atores, novos e velhos, apoiaram a greve, seja no processo de mobilização - donde se destaca afirmação da greve não apenas como um legítimo direito mas também como uma exigência de cidadania -, seja pela dinamização de uma grande variedade de ações ligando o espaço de produção ao espaço público, um espaço público híbrido, adotando o conceito proposto por Castells (Estanque et al., 2013), no qual a internet se assumiu como um meio fundamental de partilha e divulgação de informações.

É também de destacar o facto de, desde a noite anterior até meio da manhã, se terem realizado piquetes que contaram, em muitos locais de trabalho, com a participação solidária de ativistas de vários setores sociais. Este esforço de cooperação não foi novidade neste ciclo de mobilização - tinha já sido experimentado na Greve Geral do ano anterior -, mas foi alargado neste dia. Por outro lado, a ocupação do espaço público foi feita pela articulação inovadora de vários repertórios de ação: dos piquetes nos locais de trabalho, passando pelos piquetes móveis pelas ruas das cidades, até a uma marcha em Lisboa que procurou juntar sindicatos e vários movimentos sociais.

Os esforços de limitação do direito à greve surgiram ainda antes do dia 14, através da imposição de interpretações abusivas dos serviços mínimos, mas foi no próprio dia que surgiram os sinais de formas mais violentas de repressão, com a intervenção policial em vários piquetes de greve em locais de trabalho e no piquete móvel nas ruas de Lisboa. No final do dia, em frente à Assembleia da República, num estranho cenário de confronto, e em resposta a um núcleo de cerca de uma dezena de pessoas que atiraram pedras ao cordão policial durante mais de meia hora, a polícia de choque iniciou uma operação “varrimento” generalizado que abrangeu um trajeto de cerca de 2kms e que resultou em vários feridos – incluindo idosos, e à detenção de 120 pessoas. Continuando hoje por esclarecer quais os pressupostos e as circunstâncias exatas que estiveram na base desta ação policial, assim como a responsabilidade política dos abusos policiais e legais então verificados<sup>9</sup>, o episódio teve um impacto muito significativo nas políticas conflituais, alimentando o medo e dificultando a disponibilidade de articulação entre a CGTP e outros atores sociais em formas de ação no espaço público.

<sup>9</sup> Um inquérito da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) divulgado em 2015 (Graça, 2015), reconheceu que houve «abusos» e ilegalidades.

## 6. Conclusões

Neste artigo, abordamos a greve geral de 14 de novembro de 2012 para, a partir do caso português, explorar a sua inserção nas dinâmicas conflituais deste período, não só quanto à sua dimensão transnacional como à relação entre atores – em particular entre os sindicatos e os novos atores políticos envolvidos nestes protestos. Se é difícil avaliar, a curto-prazo, os impactos e resultados deste episódio de ação coletiva, fazer a sua avaliação num horizonte a médio e a longo prazo torna-se uma tarefa particularmente complexa. Não pretendemos responder cabalmente a estas questões neste artigo, que se centra no caso português, mas formulamos alguns dos problemas teóricos e empíricos para aprofundamento futuro.

A importância que ganhou a precariedade e o desemprego na globalidade da força trabalho, assim como a perceção simultânea, por parte dos sindicatos, das suas debilidades e do surgimento de atores coletivos capazes de mobilizações massivas contra a austeridade, transformou a estrutura de oportunidades políticas e pressionou no sentido de promover a alteração da estratégia e da ação sindical. Tendo as resistências caminhado separadas em muitos momentos, noutras convergiram, produto de uma dupla aproximação: a importância das reivindicações materialistas para os novos atores; o reconhecimento, mesmo que ambivalente, destes novos atores pelos sindicatos. As greves gerais constituíram um desses momentos de convergência, que representaram um episódio no qual conflito se exprimiu não apenas no local de trabalho mas no espaço público, produzindo “enquadramentos simbólicos” comuns, cruzando repertórios de ação coletiva e gerando “poder simbólico” (Webster et al., 2008).

Por outro lado, partindo de uma convocatória claramente referenciada nas estruturas de oportunidades políticas nacionais – afetadas por uma “troika estrangeira” -, a greve geral acabou por ter uma dimensão internacional e, em certa medida, transnacional. O resultado foi a combinação de várias ações em diversos países, incluindo greves gerais nos quatro países do sul da Europa, as quais só foram efetivas em Portugal e Espanha (Vogiatzoglou, 2015). Não constituindo uma greve geral europeia mas cabendo seguramente na definição de protesto transnacional europeu proposta por Tarrow (2006), este foi um dos mais significativos episódios, de escala europeia, do confronto capital-trabalho desde que a crise económica e financeira se instalou.

Assim, no curto prazo, não será imprudente afirmar que teve uma importância histórica, não só pelos níveis de adesão mas também apelo social mais amplo que congregou. A greve teve também um resultado imediato, que não deve ser menorizado: travou a intenção do governo de diminuir a contribuição patronal para a Segurança Social - Taxa Social Única -, que tinha sido um dos detonadores da massificação do protesto do QSLT a 15 de setembro e foi abandonada após a greve geral.

Um outro efeito imediato foi uma maior clarificação de fronteiras identitárias dos atores e dos alvos dos protestos. As múltiplas referências identitárias acabaram por voltar a articular nos fluxos das dinâmicas do conflito ampliando as bases sociais e políticas da ação coletiva, dentro e além do Estado-Nação. O lado do “nós” começou por assumir uma identidade de classe nacionalmente enquadrada - o Terreiro do Povo - para se cruzar com a necessidade de um Contrato Social para a Europa, ganhando logo a seguir a forma de uma aliança ibérica do campo do trabalho organizado, mas inserida nas dinâmicas de articulação transnacional do novo ciclo global de protesto – o #14. A carta aberta do QSLT acabou por situar o conflito numa estrutura de oportunidades multi-nível, mais complexa do que a apontada pela CGTP mas mais saliente (Benford & Snow, 2000), para a vida de

quem se pretende mobilizar, do que a apresentada pela CES. E introduziu uma nova componente, ligando as preocupações económicas às de democracia, numa lógica de politização de uma esfera pública, supranacional, europeia.

Um balanço a médio e longo prazo remete para uma reflexão mais estratégica. O período mais intenso deste ciclo de protesto terminou em meados de 2013 com a greve geral – conjunta entre CGTP e UGT – de 27 de junho de 2013. A estratégia de derrube do governo não foi bem sucedida e o desgaste de sindicatos e movimentos sociais conduziu a um processo de desmobilização social. Com o bloqueio das estruturas de oportunidades políticas, não se assistiu, desde então, a um recrudescimento da ação coletiva.

A coligação PSD/CDS manteve-se no Governo e conduziu a implementação acelerada do memorando de entendimento, instaurando a sociedade de austeridade (Ferreira, 2011). De facto, dois anos depois da negociação do memorando de entendimento, a situação tinha-se agravado de forma drástica e os seus efeitos eram por demais evidentes. Além dos seus efeitos em termos de destruição de emprego e no aumento do desemprego – a taxa de desemprego tinha atingido o valor máximo histórico no 1º Trimestre de 2013 com 17,7%. -, o programa inscrito no memorando de entendimento impôs políticas de desvalorização competitiva que resultaram numa reconfiguração do regime de emprego que englobou três ruturas - ao nível da política salarial, da negociação coletiva, e da proteção no emprego e no desemprego (Campos Lima & Fernandes, 2014) – aproximando-o do vigente nas economias mais liberais. Assente numa estratégia de desvalorização interna, as medidas políticas do memorando representaram profundas perdas para o campo do trabalho (Caldas, 2015).

A execução do memorando levou a um aprofundamento do processo de periferização do país no contexto da União Económica e Monetária (Gambarotto & Solari, 2015), ao mesmo tempo que adensou as tensões nacional-europeu, em particular porque o “centro enraiveceu a periferia” (Lapavitsas et al., 2011, p.7). Igualmente, desde então, não se ensaiou a construção de um novo protesto transnacional europeu, de marca laboral. Neste sentido, vivemos atualmente um aparente paradoxo: "o equilíbrio de poder entre capital e trabalho deslocou-se em direção do capital e da Comissão à custa do trabalho e da esfera de decisão nacional" (Bieler & Erne, 2014, p.7); mas o novo regime supranacional, consolidado desde 2011, também nacionaliza o conflito social (Erne, 2015). Assim, as lutas sociais nacionalizam-se, assumindo por vezes contornos de levantamento nacional contra as instituições europeias (o caso mais emblemático seria o da Grécia), ao mesmo tempo que se vão expressando de forma clara os limites da ação coletiva meramente nacional.

A situação atual coloca debates estratégicos importantes, que deverão retirar ilações sobre o sucedido na greve geral de 14 de novembro de 2012. Por um lado, a emergência de novas mobilizações sociais, num contexto de enfraquecimento do trabalho organizado, necessita da passagem de uma mera lógica de “encontro” para a de construção de alianças sociais entre sindicatos e (novos) movimentos de ação coletiva, com patamares de coordenação mais elevados (Vogiatzoglou, 2015, p.216). Por outro lado, subsistem enormes dificuldades em forjar, à escala da união europeia, a "*common discursive frame of reference*" que forneça uma interpretação forte para ação coletiva coordenada (Helle, 2015).

O espaço da ação nacional é incontornável. Mas qualquer estratégia política que procure afirmar alternativas à austeridade dificilmente se consegue sustentar sem capacidade de forjar solidariedades transnacionais – que desde logo reconheçam as

dificuldades específicas na periferia - e alterar de forma significativa a relação de forças à escala europeia.

## 7. Referências

- Accornero, G., & Pinto, P. R. (2014). "Mild Mannered"? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013. *West European Politics*, 38(3), 1–25.
- Arrighi, G., Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. (1989). *Antisystemic movements*. London: Verso.
- Baumgarten, B. (2013). Geração à Rasca and beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), 457–473.
- Baumgarten, B. (2014). Time to Get Re-Organized The Organizational Structure of the Portuguese Anti-Austerity Protests. Texto não publicado escrito para comunicação a convite "Social movement organizing and protests against austerity in Portugal", University of Roskilde, Denmark, 28 April 2014.
- Benford, R. D., & Snow, D. A. (2000). Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 26, 611–639.
- Bieler, A., & Erne, R. (2014). Transnational solidarity? The European working class in the Eurozone crisis. Em L. Panitch, & G. Albo (Eds.), *Socialist Register*, 51(1).
- Boltanski, L.; & Chiapello, E. (2007). *The New Spirit of Capitalism*. London: Verso.
- Caldas, J. C. (2015). Desvalorização do trabalho: do Memorando à prática. Cadernos do Observatório, 6. Observatório sobre Crises e Alternativas, Lisboa: Centro de Estudos Sociais. Obtido de: [http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv\\_VI\\_jun2015\\_final.pdf](http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_VI_jun2015_final.pdf)
- Campos Lima, M. da P., & Fernandes, L. (2014). A Austeridade, a Flexinsegurança e as Mudanças do Regime de Emprego em Portugal. Conferência Internacional "40 anos após o 25 de Abril de 1974". Lisboa: ISCTE-IUL, 8-10 Maio.
- Campos Lima, M. da P., & Martin Artiles, A. (2011). Crisis and Trade Union Challenges in Portugal and Spain: Between General Strikes and Social Pacts. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 17, 387–402.
- Campos Lima, M. da P., & Martin Artiles, A. (2014). Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação colectiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 137–172.
- Campos Lima, M. da P., & Naumann, R. (2011). Portugal: From Broad Strategic Pacts to Policy-Specific Agreements. Em S. Avdagic, M. Rhodes, J. Visser (Eds.), *Social Pacts in Europe Emergence, Evolution, and Institutionalization*. New York: Oxford University Press, 147-173.
- CGTP (2012a). Resolução do Conselho Nacional da CGTP-IN: contra a exploração e o empobrecimento; Mudar de política – por um Portugal com futuro, 3 de Outubro de 2012. Obtido de: <http://www.cgtp.pt/trabalho/accao-reivindicativa/5539-cgtp-in-convoca-greve-geral-para-14-de-novembro-de-2012>
- CGTP (2012b). Greve Geral afectou todo o país. Comunicado de Imprensa N.º 095/12. 19 Nov 2012. Obtido de: <http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-social/comunicados/5838-greve-geral-afectou-todo-o-pais>
- Costa, H. (1997). Os desafios da globalização ao sindicalismo: contributos para uma perspectiva portuguesa. (Tese de Mestrado em Sociologia). Coimbra: Faculdade de Economia.
- Costa, H. A., Dias, H., & Soeiro, J. (2014). As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 173-202.
- Costa, A., & Caldas, J. C. (2013). A União Europeia e Portugal. Entre Os Resgates Bancários e a Austeridade: Um Mapa das Políticas e das Medidas. Em A Anatomia Da Crise: Identificar Os Problemas Para Construir as Alternativas. Observatório sobre Crises e Alternativas, Lisboa: Centro de Estudos Sociais, 72-107. Obtido de: [http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio Anatomia Crise\\_final\\_.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf)

- Degryse, C. (2012). *The New European Economic Governance*. Brussels: European Trade Union Institute.
- della Porta, D. (2010). Reinventing Europe. Social Movement Activists as Critical Europeanists. In: Sinmon Teune (Ed.), *The Transnational Condition. Protest Dynamics in an Entangled Europe*. New York: Bergham Books: 113–128.
- della Porta, D. (2012). Mobilizing against the Crisis, Mobilizing for 'another Democracy': Comparing Two Global Waves of Protest. *Interface: a journal for and about social movements*, 4.1, 274 – 277.
- Dias, H. (2012) *Sindicalismo de Movimento Social? Experiências de renovação da prática sindical num contexto de transição de paradigma produtivo*. (Tese de Doutoramento em Sociologia). Coimbra: Faculdade de Economia.
- Diário de Notícias (2012, Novembro 14). Transportes com "forte adesão" no setor privado e público. Obtido de: <http://www.dn.pt/economia/interior/transportes-com-forte-adesao-no-setor-privado-e-publico-2884947.html?id=2884947>
- Erne, R. (2015). A supranational regime that nationalizes social conflict: Explaining European trade unions' difficulties in politicizing European economic governance. *Labor History*, 56(3), 345-368.
- Estanque, E., Costa, H. A., & Soeiro, J. (2013). The new global cycle of protest and the Portuguese case. *Journal of Social Science Education*, 12 (1), 31-40.
- ETUC (2012). ETUC day of action and solidarity for a Social Compact for Europe. 17 Oct. 2012. Obtido de: <http://www.etuc.org/a/10439>
- Eurofound (2015). Recent developments in temporary employment: Employment growth, wages and transitions. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- EurWORK (2009). Trade union membership 2003–2008. Obtido de: <http://www.eurofound.europa.eu/observatories/eurwork/comparativeinformation/trade-union-membership-20032008>
- Fernandes, L. (2015). Os protestos anti austeridade e o conflito em torno do desemprego. *International Journal of Working Conditions*, 10, 168-186.
- Ferreira, A. C. (2011). A Sociedade de Austeridade: Poder, Medo e Direito do Trabalho de Exceção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95, 119-136.
- Fitoussi, J.-P. & Rosanvallon, P. (1997), *Nova Era das Desigualdades*. Oeiras: Celta.
- Frege, C. M., & Kelly, J. (eds.) (2004). *Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy*. Oxford: Oxford University Press.
- Gall, G. (1999). A review of strike activity in Western Europe at the end of the second millennium. *Employee Relations*, 21 (4), 357-377.
- Gall, G. (2013). Quiescence continued? Recent strike activity in nine Western European economies. *Economic and Industrial Democracy*, 34, 667-691.
- Gallie, D. (2007). Production Regimes and the Quality of Employment in Europe. *Annual Review of Sociology*, 33, 85–104.
- Gambarotto, F., & Solari, S. (2015). The peripheralization of Southern European capitalism within the EMU. *Review of International Political Economy*, (22)4, 788-812.
- Graça, S. (2015). Inquérito detectou «abusos» da PSP na manifestação de 2012. *Jornal Sol*. Lisboa. Obtido de <http://sol.pt/noticia/128277>
- Harvey, D. (1996). *Justice, Nature & the geography of Difference*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press.
- Helle, I. (2015). A new proletariat in the making? Reflections on the 14 November 2012 strike and the movements of 1968 and 1995. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 21(2), 229-242.
- Hyman, R. (2007). How can trade unions act strategically? *Transfer - European Review of Labour and Research*, 13(2), 193–210.
- Lapavistas, C., Kaltenbrunner, A., Lindo, D., Michel, J., Paineira, J., Pires, E., & Teles, N. (2011). *Eurozone Crisis: Breaking Up? A Route Out of the Eurozone Crisis (Occasional No. 3)*. London:



- Research on Money and Finance. Obtido de: [http://researchonmoneyandfinance.org/images/other\\_papers/Eurozone-Crisis-RMF-Report-3-Breaking-Up.pdf](http://researchonmoneyandfinance.org/images/other_papers/Eurozone-Crisis-RMF-Report-3-Breaking-Up.pdf)
- McAdam, D.; Tarrow, S.; Tilly, C. (2009). Para Mapear o confronto político. *Lua Nova* (online) 76 (2009): 11–48, 2009. Obtido de: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>
- Mourão, R. (2014). Ensaio de ativismo. Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado.
- Nowak, J., & Gallas, A. (2014). Mass Strikes Against Austerity in Western Europe – A Strategic Assessment. *Global Labour Journal*, 5 (3), 306-321.
- Ortiz, I., Burke, S., Berrada, M., & Cortés, H. (2013). World Protests 2006-2013. Obtido do site de Initiative for Policy Dialogue: [http://policydialogue.org/publications/working\\_papers/world\\_protests\\_2006-2013\\_executive\\_summary\\_spanish/](http://policydialogue.org/publications/working_papers/world_protests_2006-2013_executive_summary_spanish/)
- Pereira, I. (2009). Movimentos em rede: biografias de envolvimento e contextos de interação (Tese de Doutoramento em Antropologia). Lisboa: ISCTE-IUL.
- Polleta, F., & Jasper, J. M. (2001). Collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*. 27, 283–305.
- QLST (2012). Carta aberta a Angela Merkel. 08 Nov. 2012. Obtido de: <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/2012/11/carta-aberta-angela-merkel.html>
- Rebelo, Glória (2004). Flexibilidade e precariedade no trabalho – análise e diagnóstico. Edição de autor.
- Reis J., Rodrigues J., Santos A., Teles N. (2013). Compreender a Crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável. Em *A Anatomia Da Crise: Identificar Os Problemas Para Construir as Alternativas*. Observatório sobre Crises e Alternativas, Lisboa: Centro de Estudos Sociais, 12-71.
- Santos, A. C. (2005). *A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2004). Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo. In: Estanque, E. et al. (Org.), *Relações laborais e sindicalismo em mudança – Portugal, Brasil e o Contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto, 161-180.
- Silver, B. (2003). *Forces of Labor – Workers’ Movements and Globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Soeiro, J. (2015). *A formação do Precariado: Transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. (Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo). Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Standing, Guy (2014). *O precariado – a nova classe perigosa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Stoleroff, A. (2013). Employment Relations and Unions in Public Administration in Portugal and Spain: From Reform to Austerity. *European Journal of Industrial Relations*, 19 (4), 309-323.
- Streeck, W. (2011). The crises of democratic capitalism. *New Left Review*, 71, Sept/Oct, 5-29.
- Tarrow, S. (2006). *The New Transnational Activism*. New York: Cambridge University Press.
- Tavares, M. (2011). *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto Editora/Leya.
- Tilly, C. (1995). Globalization threatens labor’s rights. *Internacional Labor and Working Class History*, 47, 1–23.
- Tilly, C., & Tarrow, S. (2007). *Contentious Politics*. Boulder: Paradigm Publishers.
- UGT (2012). Resolução Do Secretariado Nacional OE 2013 – UGT Contra a Austeridade Pela Austeridade. 24 Oct. 2012. Obtido de: [www.ugt.pt/SN\\_24\\_10\\_2012.pdf](http://www.ugt.pt/SN_24_10_2012.pdf)
- Vogiatzoglou, M. (2015). Workers’ trans-national networks in austerity times: The case of Italy and Greece. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 21(2), 215-228.
- Wallerstein, I. (2002). New Revolts Against the System. *New Left Review*, 18 (November-December 2002), 29–39.

- Waterman, P. (1993). Social Movement Unionism: a new model for a new world order. *Review (Fernand Braudel Center)*, 16(3), 245-278.
- Webster, E., Lambert, R., & Bezuidenhout, A. (2008). *Grounding Globalization: Labour in the Age of Insecurity*. Oxford: Blackwell.
- Wever, K. S. (1998). International Labor revitalization: enlarging the playing field”, *Industrial Relations*, 37(3), 388-407.
- Wright, E. O. (2000). Working-Class Power, Capitalist-Class Interests, and Class Compromise. *American Journal of Sociology* 104(4):957–1002.